



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 17 Nº 10
Outubro de 2008

Finanças: o infinito que desaba

Está-se no meio da “crise norte-americana”, que é uma crise longa, severa, de extensão mundial e que tem a forma de uma escada. Vai-se de degrau em degrau, em sentido descendente. E a pergunta explode no coração das pessoas: até onde? Esta é a primeira lição da crise: está-se num nevoeiro onde não se sabe o fim. E, depois de cada etapa, há outra a cumprir. E, ao mesmo tempo, um rastilho de pólvora está sempre presente, são os títulos oriundos das hipotecas imobiliárias, onde tudo começou. Eles continuam aí, levando incômodo a todos. Mas essa crise financeira foi uma esbórnia, porque o crédito, sem critério, foi usado como promessa de compra e de pagamento para tudo — moradias, casas de verão, carro, viagens, empréstimos educacionais, etc. — no nível dos consumidores e foi também o que permitiu, a partir dos bancos comerciais e dos bancos de investimento, a invenção de uma verdadeira salada de títulos (desde títulos baseados nas hipotecas das casas até títulos que sustentam o *default* de outros títulos, como o Credit Default Swaps (CDS). Desde logo, nunca foi só uma crise das hipotecas imobiliárias, mas, desde sempre, uma crise do sistema financeiro.

Chega-se à segunda lição: por que aconteceu tudo isso? O sistema financeiro é um universo em expansão que tende ao infinito. Só que o infinito econômico é um infinito que acaba, que morre e que desaba. E, quando os capitais respondiam que o sistema era auto-regulado, sua resposta era falsa, os capitais não têm a capacidade de se controlar. A concorrência introduz um conflito que rompe inexoravelmente a trajetória do infinito. Dessa forma, pôde-se ver, o Banco Central só regulava os bancos comerciais. E, com manobras jurídicas e contábeis, esses bancos estavam separados dos bancos de investimento, que por sua vez, estavam separados dos *hedge funds*. **Auto-regulação. Autodestruição.**

Ora, veja o leitor: o sistema financeiro era como um balão que estava cheio, que a gente ia e ia assoprando e que, de repente, escapava da mão e subia para tombar, vomitando o ar que estava dentro. O sistema funcionava assim: o ar é a especulação que vai ampliando-se, que vai inflacionando o valor dos títulos. A euforia e a alegria correndo loucas, todo mundo com a sensação de vencedor. Mas é um mercado de fina sensibilidade, precificado minuto a minuto, um mercado instável, um mercado de tiro instantâneo. Um dia, alguém desconfia que o castelo de cartas chegou ao limite. Se botar ou tirar uma carta, o todo desaba. E foi isso que aconteceu: um problema nas hipotecas, e elas passaram a ter um odor fétido, “títulos podres”.

Instaurou-se, então, a dinâmica da crise com a desconfiança no mercado. A desconfiança é o vírus do sistema finan-

ceiro e passa pela fonte de irrigação que são os bancos comerciais com o seu mercado interbancário, com o seu mercado de empréstimos, etc. Chega o temor das perdas, e os bancos fecham a sua torneira. O nome técnico disso é *credit crunch*, que, no popular, quer dizer: ninguém empresta para ninguém. Aparece, então, a hora do Banco Central, o FED. Mas a sua intervenção só anima os bancos a não emprestarem, pois Keynes já dizia que, na crise, há uma preferência absoluta, a “preferência pela liquidez”. E assim foi. Daí o Bearn Stearns exibiu suas entranhas malditas, e o FED ajeitou sua compra pelo JP Morgan. Depois, tudo foi um escorrer de água: veio a bancarrota do Lehman Brothers; a compra do Merrill Lynch pelo Bank of América; a necessidade de intervir na Fanny Mae e no Freddy Mac; a intervenção na seguradora AIG; a transformação do Morgan Stanley e do Goldman Sachs em *bank holding companies*, as compras do Washington Mutual pelo JP Morgan e do Wachovia pelo Citigroup, etc. E o incêndio espalhou-se por toda parte, atingindo primeiramente a Europa.

E quando a coisa chega nesse ponto — “vamos passar o mico adiante” —, o sistema sabe que desabou: regulação, securitização, fatiamento dos títulos, produtos, etc. Vem a principal lição: **a necessidade da intervenção do Estado** e, claro, do endividamento público, para salvar a convulsão dos capitais. Na seqüência, nasce um plano para sustentar o sistema financeiro e recolher os títulos tóxicos — uma espécie de Resolution Trust Corporation (RTC). E, por outro lado, há que se pensar na criação de um Home Owner’s Loan Corporation (HOLC), para solucionar o problema das dívidas dos compradores de casa. Com as tarefas aumentando, o precipício abre-se e chama-se *hedge funds*; sua queda tem uma dinamite poderosa, pode levar de arrasto os fundos de pensão. E, aí, acaba a previdência dos norte-americanos. Por isso, já se vê, a crise econômica puxa sua solução para a política. Dela, virão as proposições imprescindíveis à regulação, ao salvamento do sistema financeiro e ao dólar, atravessando o Congresso e o futuro Executivo com Obama ou McCain. Para encontrá-las, todos terão que aprender a lidar com a queda do infinito, outro modo de dizer, com o fim do neoliberalismo.

Enéas de Souza (FEE/CEES)

O boom na construção depende do crédito

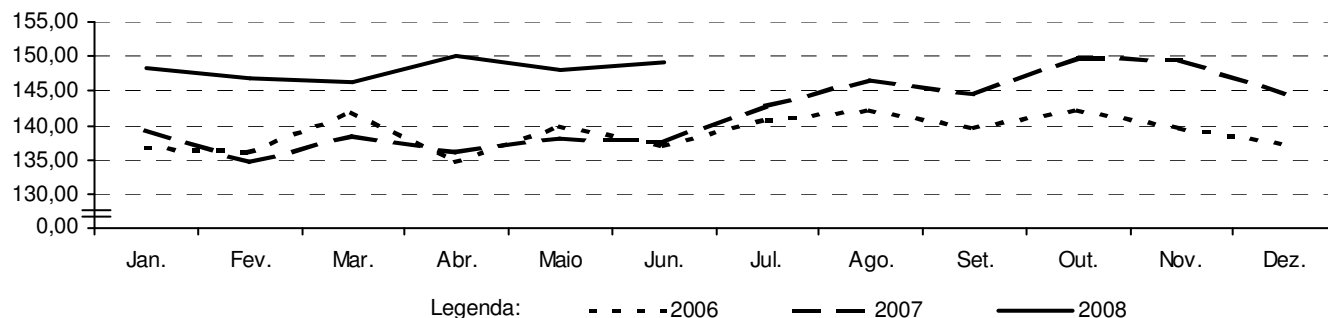
A indústria da construção civil vive uma situação de grande dinamismo, sobretudo a partir do segundo semestre de 2007. No corrente ano, esse comportamento se mantém, com tendência crescente.

A expansão do crédito habitacional tem sido apontada como o fator decisivo desse dinamismo. Com a flexibilização das condições de garantia, com a extensão dos prazos e a redução do valor da prestação, a aquisição da casa própria tornou-se viável para grande parcela da população que estava fora do mercado desde a desativação do BNH (famílias com renda na faixa de cinco a 10 salários mínimos).

O dinamismo dessa atividade beneficia não somente as empresas de construção, mas toda a cadeia construtiva, incluindo setores produtores de insumos e equipamentos, e o mercado de trabalho, pois se ampliam as contratações. A demanda por mão-de-obra qualificada vem crescendo consideravelmente, o que provoca necessidade de treinamento. O aquecimento do mercado de trabalho vem ensejando a incorporação de mulheres, o que constitui uma inovação.

Resta saber se, numa perspectiva de elevação dos juros (consequência da recente crise financeira internacional), as condições que propiciaram o boom acima referido poderão ser mantidas.

Índice da atividade da construção civil no RS — 2006/08



FONTE : Sinduscon-RS.

NOTA : Os dados têm como base março de 1991 = 100.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)

As cidades do RS despejam o esgoto nos rios

Todas as cidades do RS apresentam grande déficit de serviço de esgotamento sanitário. Além de as redes de esgoto atenderem apenas a uma parcela da população urbana, as estações de tratamento de esgoto (ETE) têm capacidade muito limitada, e, por isso, as águas residuais poluídas são despejadas nos mananciais. A Companhia Riograndense de Saneamento presta esse serviço em 43 cidades, beneficiando 18,1% dos moradores mas, apenas 13,3% do esgoto potencial ou total (equivalente ao volume de água consumida) é tratado, sendo 86,7% jogado às águas.

Nas cidades apresentadas na tabela, onde os governos municipais prestam esse serviço, o déficit é, em geral, menor, devido à maior

cobertura das redes, apesar de a capacidade das ETE também ser restrita. Em Porto Alegre, a rede atende a 87,6% da população urbana, porém canaliza 85,7% das águas residuais poluídas para o Guaíba. Caxias do Sul escoia 93,5% do esgoto total, e Pelotas, 78,6%. Santana do Livramento destaca-se pela maior capacidade de tratamento (36,8%), e Bagé, pela mais elevada cobertura da rede, embora escoie sem tratamento 87,4% do esgoto. Nas demais cidades do RS, predomina a utilização de fossas sépticas. Portanto, os dados mostram o grande déficit de esgotamento sanitário nas cidades, especialmente de estações de despoluição, e que as redes despejam as águas poluídas nos mananciais, nos rios, nos lagos e no mar.

Indicadores da infra-estrutura de esgotamento sanitário nas cidades do RS — 2006

CORSAN E PRESTADORAS MUNICIPAIS	POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA	CAPACIDADE DAS REDES		ESGOTO POTENCIAL OU TOTAL (1)	
		Esgoto Coletado	Esgoto Tratado/ /Esgoto Coletado	Tratado	Não Tratado
Corsan (43 municípios)	18,1	16,0	82,6	13,3	86,7
Bagé	55,7	84,1	15,0	12,6	87,4
Caxias do Sul	91,6	78,7	8,2	6,5	93,5
Novo Hamburgo	1,8	1,2	100,0	1,2	98,8
Pelotas	59,6	53,6	40,0	21,4	78,6
Porto Alegre	87,6	65,2	22,0	14,3	85,7
Santana do Livramento	37,5	36,8	100,0	36,8	63,2
São Leopoldo	17,6	15,6	100,0	15,6	84,4

FONTE: Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/index.htm>>.

(1) Esgoto potencial ou total é equivalente ao volume de água consumida pelas unidades domésticas, industriais e comerciais.

Renato Dal Maso (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-ago./08

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Set./06	3,3	-	10,0	3,7	14,25	74,9	-3,7	99,6	-1,3	100 474
Out./06	-	-	9,8	3,3	13,75	72,7	-3,8	103,1	3,6	101 903
Nov./06	-	-	9,5	3,0	13,25	73,3	0,4	112,8	9,4	104 882
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Jan./07	-	-	9,3	3,0	13,25	72,8	-4,1	107,3	-20,6	116 328
Fev./07	-	-	9,9	3,0	13,00	71,8	-0,6	105,7	-1,5	111 951
Mar./07	3,9	-	10,1	3,0	13,00	72,2	-1,0	102,4	-3,1	109 023
Abr./07	-	-	10,1	3,0	12,75	72,9	-0,7	102,7	0,4	110 694
Mai/07	-	-	10,1	3,2	12,50	71,8	-3,0	103,8	1,1	111 301
Jun./07	4,8	-	9,7	3,7	12,50	70,0	-10,7	103,3	-0,5	113 195
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	105,1	1,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,4	-6,6	103,5	-1,5	117 425
Set./07	5,1	-	9,0	4,2	11,50	67,9	-9,3	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,6	-11,0	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,2	-12,4	115,8	9,5	127 393
Dez./07	5,4	-	7,4	4,5	11,25	63,5	-14,0	140,1	21,0	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,6	-12,6	110,7	-21,0	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,6	-12,8	106,7	-3,6	132 524
Mar./08	5,8	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,2	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,0	-13,6	106,1	-2,0	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,3	-14,6	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,3	-1,3	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,2	13,00	59,0	-14,5	109,2	1,8	134 669
Ago./08	-	-	-	6,1	13,75	-	-	-	-	133 935

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	-	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	-	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	-	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	-	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	(9)83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Set./06	-3,85	49,8	117,86	2,3	-5,1	(9)84,6	17,1	20,3	1,30	1,50	-2,80	73 393	182 335
Out./06	-3,90	49,4	123,78	2,7	3,8	(9)84,2	18,5	23,1	1,35	1,56	-2,91	78 171	197 404
Nov./06	-3,96	44,4	122,25	3,0	-0,8	(9)84,7	16,8	24,7	1,30	1,68	-2,97	83 114	199 659
Dez./06	-3,88	44,7	109,65	2,8	-8,1	(9)84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Jan./07	-4,29	44,6	109,22	2,9	0,8	(9)82,4	15,8	24,9	1,25	1,81	-3,06	91 086	192 510
Fev./07	-4,35	44,7	104,07	2,8	-3,3	(9)83,9	16,0	24,9	1,20	1,83	-3,04	101 070	203 143
Mar./07	-4,05	44,8	121,21	2,6	13,1	(9)83,1	15,3	24,5	1,09	1,90	-2,99	109 531	215 543
Abr./07	-4,18	44,2	113,58	3,3	-6,7	(9)84,5	16,9	24,2	1,22	2,10	-3,32	121 830	217 256
Mai./07	-4,27	44,7	125,48	3,3	8,1	(9)84,4	19,2	25,9	1,15	1,97	-3,12	136 419	219 285
Jun./07	-4,27	44,1	121,61	3,9	-2,1	(9)84,7	19,3	26,5	1,12	2,72	-3,85	147 101	230 296
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	(9)85,2	17,5	26,9	0,79	2,85	-3,63	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	(9)85,7	16,6	27,6	0,71	2,86	-3,56	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,5	(9)86,1	16,0	27,9	0,56	2,76	-3,33	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	(9)87,0	15,9	28,3	0,42	2,67	-3,25	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	(9)87,2	16,6	29,3	0,20	2,80	-3,00	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	42,7	116,58	6,0	-8,3	(9)86,7	16,8	32,1	0,13	2,63	-2,76	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,4	3,1	(9)84,3	17,0	33,4	-0,16	2,76	-2,60	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	(9)84,7	17,8	36,5	-0,34	2,67	-2,34	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	122,82	6,6	5,7	(9)85,2	16,3	36,0	-0,67	2,66	-1,99	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,74	6,9	1,5	(9)85,1	15,3	37,9	-1,02	2,64	-1,61	195 767	254 307
Mai./08	-4,35	40,6	128,47	6,7	1,7	(9)85,6	16,5	39,9	-1,04	2,65	-1,61	197 906	259 109
Jun./08	-4,29	40,5	129,38	6,7	0,8	(9)86,3	18,9	43,7	-1,24	2,08	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,39	40,8	136,16	6,8	4,0	-	22,6	45,9	-1,31	2,02	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,42	40,5	-	-	-	-	24,5	48,1	-1,45	2,17	-0,71	205 116	271 079

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coréia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano. (9) Dado mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 17 nº 10

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./06-set./08

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Abr./06	-	97,55	91,21	96,41	488,7	248,1	92,1	938,6	177,53	876,08
Mai/06	-	108,41	97,85	96,72	398,4	262,8	107,9	895,8	177,04	876,29
Jun./06	-	101,24	93,43	96,14	422,0	353,5	113,7	1 026,3	176,60	883,36
Jul./06	-	103,15	97,55	96,35	427,9	246,5	110,0	914,3	176,73	898,39
Ago./06	-	106,16	97,47	96,50	359,4	279,8	103,2	885,9	177,47	901,91
Set./06	-	98,64	101,28	97,00	423,6	267,3	101,7	1 075,4	177,57	901,14
Out./06	-	105,37	101,61	97,46	529,3	254,9	101,0	1 037,0	178,23	901,96
Nov./06	-	103,27	101,87	97,86	427,5	369,0	96,7	1 035,9	179,21	901,57
Dez./06	2,7	93,64	99,93	98,01	431,3	281,8	82,4	934,6	180,07	899,82
Jan./07	-	94,41	105,89	105,89	475,9	305,7	175,3	1 118,2	181,43	903,05
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	181,42	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	184,09	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	184,79	908,85
Mai/07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	185,23	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	187,16	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	188,68	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	188,97	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	189,07	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	189,15	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	191,29	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	192,81	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	194,84	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	194,35	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	195,65	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	197,10	967,72
Mai/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	200,19	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	202,95	981,24
Jul./08	-	119,42	106,20	105,04	449,0	431,3	146,8	1 163,7	204,67	1 030,71
Ago./08	-	-	-	-	536,3	340,2	144,4	1 133,6	205,36	1 038,38
Set./08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 048,99

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./06-set./08

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Abr./06	9 591	10,8	15,5	1 064	1 091	556 913	1 704 607	810 039
Mai/06	-3 867	10,9	15,4	1 066	1 085	559 109	1 598 795	1 011 271
Jun./06	-1 934	10,7	15,0	1 064	1 091	570 845	1 612 357	1 041 339
Jul./06	-4 042	10,7	14,9	1 074	1 085	545 934	1 570 358	1 374 201
Ago./06	1 848	10,5	14,6	1 059	1 092	560 316	1 600 276	1 220 625
Set./06	3 554	10,5	14,3	1 082	1 112	529 480	1 540 478	1 072 405
Out./06	12 333	10,5	14,2	1 098	1 122	524 503	1 542 950	1 006 905
Nov./06	17 322	10,0	13,7	1 113	1 122	526 847	1 615 766	1 003 173
Dez./06	-13 467	9,2	12,9	1 103	1 104	531 587	1 732 882	1 044 476
Jan./07	14 920	8,6	12,2	1 071	1 091	443 129	1 807 603	860 445
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 076	1 109	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 082	1 117	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 099	1 128	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 107	1 128	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 101	1 128	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 101	1 124	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 100	1 121	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 098	1 104	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 111	1 120	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 115	1 121	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 141	1 143	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 106	1 103	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 079	1 075	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 063	1 074	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 091	1 102	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 122	1 140	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 143	1 157	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 146	1 164	-	-	1 866 525
Ago./08	-	8,3	11,3	-	-	-	-	1 733 246
Set./08	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jul./08. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Estado e capital estrangeiro no etanol brasileiro

A indústria do biocombustível passa por uma fase de crescimento acelerado, acompanhada de um rápido e profundo processo de centralização e concentração do patrimônio das empresas e da produção do setor. Nessa reestruturação, o capital estrangeiro (empresas e fundos de investimentos internacionais) tem tido um papel determinante, levando também a uma acelerada internacionalização de toda cadeia sucroalcooleira.

A agressividade do capital internacional em um setor estratégico só teve recentemente uma resposta por parte do Governo brasileiro, através do BNDES e da Petrobrás. A chegada das grandes petroleiras internacionais — a British Petroleum (BP) a Petróleo de Venezuela S/A (PDVSA) — e o interesse da Royal Dutch Shell no álcool brasileiro parecem ter despertado a Petrobrás, induzindo-a a seguir o movimento das concorrentes.

O envolvimento do BNDES, por sua vez, pode ser entendido, diferentemente, como fazendo parte de uma estratégia de apoiar a estruturação e o desenvolvimento de um setor na área de energia, o qual não deveria tornar-se área exclusiva de atuação do capital estrangeiro. As ações conduzidas pelo Banco vão no sentido de aumentar as escalas de operação das empresas, incentivando o movimento de fusões entre os grupos nacionais, tornando-se sócio dos mesmos e financiando seus projetos de expansão. As empresas, assim robustecidas, estariam em melhores condições para se associarem a grupos internacionais.

Ainda é cedo para avaliar o tamanho do impacto da crise financeira deste setembro de 2008 sobre o crescimento do setor. Contudo ele se verá afetado, considerando-se, simplesmente, o papel do capital de risco internacional nos novos investimentos.

Empresas ou grupos estrangeiros no etanol brasileiro

LDC Bionergia (Grupo Coinbra/Dreyfus-FR); TEREOS (FR); Beghin Say (FR); Sucden (FR); Glencore Intel AG (Suíça); ADECOAGRO (Grupo SOROS); Noble Group (Hong Kong); Cargill (USA), Mitsubishi (JP), Dow Chemical (USA), Bunge e Born; Archer Daniels Midland; Sumitomo Corp (JP); AMIRYS (integrada por recursos da Fundação Bill e Melinda Gates e capitalistas do Vale do Silício); Infinity Bio-Energy (integrada por recursos dos fundos de investimento Kidd & Company e do banco de investimentos Merrill Lynch); BRESCO (integrada por recursos da Tarpon Investments, SEMCO e investidores Vinod Khosla, Steve Case, Ronald Burkle, Stephen Bing e James Wolfensohn, ex-Presidente do Banco Mundial); Carlyle/Riverston; Di Maio Ahmad; Discovery Capital; Goldman and Sacks; Global Foods, Stanley Morgan, Stark e Och-Zitt Management (fundos de investimento).

FONTE: *Sites* das empresas relacionadas da UNICA.
Valor On Line (várias edições).

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

Impactos econômicos da GM em Gravataí

A partir da instalação do Complexo Industrial Automotivo da General Motors em julho de 2000, o Município de Gravataí foi beneficiado em diversas áreas. Além dos empregos diretos gerados pela montadora, houve a criação de outros milhares de empregos indiretos criados pelos sistemistas instalados dentro do complexo industrial e demais segmentos da economia de Gravataí, conforme se lê na tabela.

Analisando a variação do Produto Interno Bruto de Gravataí nos dois anos iniciais de funcionamento da montadora, quando o impacto da sua instalação foi mais acentuado sobre o PIB do município, pode-se verificar que este cresceu, em termos nominais, bem acima da média do RS: 22,5% em 2000 e 40,7% em 2001 contra 12,8% e 10,5% para o RS nos mesmos anos, respectivamente. Entre 1999 e 2005, último ano para o qual se dispõe de dados para a série, o PIB de Gravataí cresceu, em termos nominais, 148,1%. No mesmo

período, o crescimento nominal desse agregado econômico foi de 91,3% no Estado.

O PIB *per capita* de Gravataí aumentou, nominalmente, nos anos de 2000 e 2001, período imediatamente subsequente à implantação da GM, bem mais do que o indicador estadual: 17,7% e 37,4% contra 11,6% e 9,3% respectivamente. Entre 1999 e 2005, o acréscimo nominal do indicador para o Município foi de 112,4%, e o do RS foi de 78,9%.

Outro dado significativo que mostra o impacto da GM em Gravataí é a comparação do crescimento do Valor Adicionado Bruto (VAB) do seu setor industrial com o do mesmo setor do RS no período 1999-05: 137,1% contra 40,1% respectivamente. Já o desempenho do setor serviços, no mesmo período, para Gravataí e para o Estado foram similares: 131,4% e 121,1% respectivamente.

Saldo líquido da criação de empregos em Gravataí — 1999-06

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	SALDO TOTAL DE EMPREGOS NO PERÍODO
Extrativa mineral	8	8	-2	1	5	-4	14	-6	24
Indústria de transformação	8	1 190	750	408	438	1 647	306	1 021	5 768
Serviços industriais de utilidade pública	-3	32	-5	54	19	45	39	91	272
Construção civil	-317	-36	-3	64	303	-63	98	36	82
Comércio	-100	345	318	321	238	534	275	466	2 397
Serviços	-15	318	400	30	-2	704	630	821	2 886
Administração pública	-27	-4	-83	-103	-25	-53	-8	-8	-311
Agropecuária	-18	-10	32	-63	-21	-7	4	-1	-84
Outros	3	1	-2	0	0	0	0	0	2
TOTAL	-461	1 844	1 405	712	955	2 803	1 358	2 420	11 036

FONTE: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei nº 4.923/65.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

Rumo à recessão global

A crise das finanças desreguladas vem trazendo uma enorme dose de preocupação ao mundo: qual a profundidade de seus efeitos sobre a “economia real” e qual a possível extensão geográfica do contágio produzido pelo derretimento do sistema financeiro dos EUA?

O sistema financeiro global encolhe. O crédito ao consumidor e o acesso aos mercados de capitais tornam-se mais difíceis. A incerteza contamina a confiança dos consumidores e das empresas. O crescimento diminui. Esses efeitos, embora em escala limitada frente ao potencial arrasador do desastre, já estão acontecendo nos países desenvolvidos.

Nos EUA, a procura pelo seguro-desemprego atingiu 440.000 pedidos na segunda semana de setembro, frente a 320.000 há um ano atrás. Na Europa, bancos de diversas nacionalidades apresentaram perdas expressivas, ao comprarem o “lixo tóxico” espalhado pelos bancos de investimento dos EUA, totalizando US\$ 228,9 bilhões até 15.09.08, estando 75% do total concentrados em 13 bancos, o que dá conta da amplitude mundial da *débâcle* financeira. O PIB do segundo trimestre, conforme dados do Banco Central europeu, mostrou uma retração de 0,2% frente ao trimestre anterior, o que não ocorria desde o início dos anos 90. Diversos países apresentaram desempenho negativo na mesma comparação: Alemanha (-0,5%), França (-0,3%) e Itália (-0,3%). Na Inglaterra, o Bank of England estima que dois milhões de pessoas correm risco de estar desempregadas até o Natal, enquanto o Ministro das Finanças, Alistair Darling, afirmou, no final

de agosto, que a economia do País enfrenta seu momento mais difícil em 60 anos. No Japão, o PIB caiu 0,6% no segundo trimestre. A redução da demanda externa aparece entre os fatores que golpearam o crescimento do País.

E o Brasil? Uma das questões-chave está nos preços das *commodities*, fortemente influenciados pela instabilidade do dólar e pela demanda chinesa, que deve manter-se elevada. O Banco Central vem elevando os juros aceleradamente, buscando evitar que o desequilíbrio externo, aparente no déficit corrente superior a US\$ 30 bilhões em 2008, se torne insustentável em 2009. O financiamento externo das empresas brasileiras também irá reduzir-se devido à crise global, enquanto o risco de fuga de capitais aumenta. Isso implica desaquecimento da economia, tanto maior quanto menos favoravelmente esses indicadores evoluírem para o País.

Embora os desempenhos de China e Índia devam sofrer apenas leve desaceleração em 2009, é impossível deixar-se de notar que a recessão global é quase uma certeza, dada a virulência e a profundidade da crise financeira. A idéia de que um desastre das proporções daquele que se abateu sobre o centro da globalização financeira (*Wall Street* e seus finados bancos de investimento) possa ter seus efeitos sobre o crescimento econômico facilmente controlado é tão ilusória quanto aquela que dizia ser essa uma “crise da parte *subprime* do sistema imobiliário norte-americano” em agosto de 2007. Pensar assim, embora possa ser reconfortante, é errar uma vez mais.

Principais prejuízos dos bancos europeus até 15.09.08

BANCOS	PERDAS REPORTADAS DESDE O 2º TRIM/07 (US\$ bilhões)	RECAPITALIZAÇÃO (US\$ bilhões)	PERDAS SOBRE CAPITALIZAÇÃO DE MERCADO (%) (1)	PERDAS SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)
UBS AG	44,2	27,4	68	118
HSBC Holdings	27,4	5,1	15	20
IKB Deutsche	14,5	12,0	7 250	1 318
RBS	14,0	22,9	22	8
Deutsche Bank	10,2	3,2	26	18
Credit Suisse	10,2	3,0	17	19
Credit Agricole	8,7	8,4	22	13
Barklays PLC	7,6	17,8	17	12
Fortis	7,0	6,9	26	14
Bayerische Landesbank	6,8	0,0	27	21
HBOS Plc	6,7	7,2	30	15
ING Groep	6,6	4,6	11	11
Société Générale	6,5	4,3	13	14

FONTE: <www.bloomberg.com>.

(1) Em 15.09.08.

André Scherer (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 29.09.08).

ISSN 1517-7264

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Girotto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane de Barcellos Schmitt e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.